

**PARECER DIRETORIA JURÍDICA 367/2025****Ref.: CONCORRÊNCIA COMPRA REGULAMENTO FFM 3012/2025-00****Interessado: Departamento de Contratos e Compras do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo – ICESP****Assunto: Impugnação ao Edital – FREDERICO DINIZ FARIA ME., CNPJ nº 26.432.098/0001-40**

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE CONCORRÊNCIA COMPRA REGULAMENTO FFM 3012/2025. OBJETO: MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS DE VÍDEO KARL STORZ. IMPUGNANTE: FREDERICO DINIZ FARIA ME. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. PROVIMENTO NEGADO.**

1. Trata-se de consulta formulada pelo Departamento Contratos e Compras do Instituto do Câncer do estado de São Paulo - ICESP, solicitando parecer jurídico sobre a impugnação, interposta pela empresa FREDERICO DINIZ FARIA ME., CNPJ nº 26.432.098/0001-40, ora denominada IMPUGNANTE, que pleiteia a suspensão e retificação do edital de contratação.

2. A Compra Regulamento FFM tem por objeto a prestação de SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS DE VÍDEO KARL STORZ, conforme especificações constantes do edital e seus anexos.

3. Os autos chegaram a esta assessoria jurídica por meio de e-mail, em 20/05/2025, constituídas dos seguintes documentos:

- ✓ Edital de Compra Regulamento FFM 3012/2025 e seus anexos;
- ✓ Recurso Administrativo;
- ✓ Memo/UEC 0086/2025 - Análise técnica.

4. Este é o relatório dos principais documentos constantes nos autos, pelo que se prossegue a análise quanto aos requisitos formais legais necessários do ato.

## **DA FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO**

5. A presente manifestação jurídica visa assistir o solicitante no controle prévio de legalidade, nos termos do Regimento Interno FFM, fls. 29/30, incisos I, IV, VII.

6. São atribuições do Departamento Jurídico:

- I. Examinar o aspecto legal dos documentos administrativos e jurídicos que envolvam a instituição.
- II. Cumprir e fazer cumprir os regulamentos, normas, diretrizes, decisões e estratégias institucionais.
- III. Garantir a manutenção e renovação de todos os títulos, outorgas e certificados, em especial o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde CEBAS.
- IV. Elaborar, analisar, discutir, emitir pareceres sobre todos os instrumentos jurídicos em que a FFM é parte interessada.
- V. Elaborar o planejamento tributário e o cumprimento de todas as obrigações legais e jurídicas na manutenção da imunidade tributária da FFM, nas esferas municipal estadual e federal.
- VI. Representar a FFM na defesa de seus interesses em todas as demandas e processos administrativos e judiciais, no polo ativo e/ou passivo, em todas as instâncias.
- VII. Emitir pareceres jurídicos sobre matérias de interesse da FFM.
- VIII. Assessorar a Diretoria Executiva e o Conselho Curador na área de sua competência sempre que solicitado.
- IX. Realizar gestão de risco e reportar à Administração Superior as ameaças, rupturas e oportunidades legais.
- X. Subsidiar a Alta Liderança com relatórios e indicadores confiáveis e íntegros.
- XI. Receber, analisar e dar providências às demandas dos órgãos de controle.



7. É crucial ressaltar que esta análise se restringe aos aspectos jurídicos do procedimento, não abrangendo considerações sobre a conveniência e oportunidade do ato, nem elementos de natureza técnica, como o detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e especificações.

8. A manifestação consultiva que trate de questões jurídicas com impactos técnicos relevantes deve justificar essa necessidade, evitando conclusões sobre assuntos não jurídicos, como técnicos, administrativos ou de conveniência e oportunidade.

9. Com essas ressalvas, iniciamos a análise exclusivamente jurídica deste processo.

### **DA ANÁLISE JURÍDICA**

10. A FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA – FFM é entidade privada sem fins lucrativos que promove o ensino, a pesquisa, a assistência e a inovação em saúde por meio do apoio às atividades do Hospital de Clínicas e da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (Sistema Acadêmico da Saúde FMUSP-HC). Regida pelo Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002) e pela Lei Estadual 17.893/2024 (fundações civis de saúde das comunidades científicas de suas universidades públicas e hospitais universitários do Estado de São Paulo), com Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS - LC 187/2021), qualificada como Organização Social estadual (LC 846/1998) e municipal (Lei 14.132/2006), e declarada de utilidade pública estadual (Lei 2.574/1980) e municipal (Lei 18.067/2024). Regida também pelo seu Estatuto Social e Regimento Interno.

11. Nos termos da Lei Estadual 17.893/2024, art. 8º, “para utilização, nas contratações de bens, obras e serviços, de recursos oriundos dos instrumentos regulados e celebrados nos termos desta lei, as fundações civis de saúde observarão os procedimentos previstos em regulamentos internos próprios, que garantirão agilidade, simplicidade, eficiência, vantajosidade e transparência”.

12. A FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA, firmou com o HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – HCFMUSP, contrato para operacionalização da gestão e execução das ações de ensino e pesquisa

e das atividades e serviços de saúde na unidade do INSTITUTO DO CÂNCER DO ESTADO DE SÃO PAULO – “OCTÁVIO FRIAS DE OLIVEIRA” – ICESP, dessa forma, em que pese não haver controle hierárquico da Administração Pública, há controle finalístico e fiscalização do TCE-SP, uma vez que apoia ente público.

13. No âmbito do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo essa questão tem sido analisada e aprofundada desde 1989 (TC-A 044913/026/89, TC-028.901/026/91 e TC-34.749/026/03). Destes emanaram orientações que definiram quais seriam as fundações jurisdicionadas: a típica, a de apoio e a conveniada. Atualmente, os estudos mais recentes estão inseridos no Manual de Autoria do TCE-SP; Manual Básico - O Tribunal e as Entidades Municipais da Administração Indireta – Autarquias, Fundações, Consórcios e Empresas Estatais do Município; Manual Básico - O Tribunal e a Administração Indireta do Estado – Autarquias, Fundações e Empresas Estatais do Governo do Estado de São Paulo, (disponíveis em <http://www4.tce.sp.gov.br/manuais-basicos>).

### DA TEMPESTIVIDADE

14. Preliminarmente cumpre apontar que a apresentação da impugnação ao edital ocorreu em 19/05/2025, dentro do prazo previsto no Art. 36 do Regulamento de Compras e Contratações da FFM, ou seja, em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a entrega das propostas ou seja, publicada em 26/05/2025.

15. Prevê o Art. 36 do Regulamento de Compras e Contratações da FFM:

*“Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o processo de contratação por irregularidade ou falha na aplicação deste Regulamento ou para solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a entrega das propostas.”*

16. Dessa forma, o recurso é tempestivo e atendeu à regularidade formal e requisitos de admissibilidade previstos no edital e no Regulamento de Compras e Contratações, motivo pelo qual deve ser acolhido e analisado.

## DO MÉRITO

17. Irresignada com as exigências editalícias, a empresa impugnante apresenta manifestação alegando em síntese que o edital restringe a competitividade do certame, destacando em seu pleito a exigência contida no memorial descritivo (Anexo I, item 2.1.1).

*"Possuir funcionários treinados por meio de certificados pelo fabricante ou representante da marca Karl Storz, bem como equipamentos e ferramentas para as devidas manutenções."*

18. Alega ainda, que possui experiência comprovada e técnicos registrados junto ao CREA.

19. Requer ao final, a revisão e retificação do edital, para supressão da exigência.

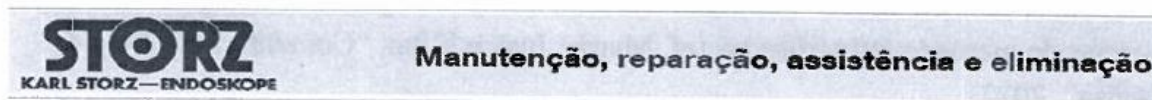
20. Diante da complexidade da contratação em comento, o edital requer a comprovação da qualificação técnica empresas participantes do processo, com comprovação de certificados emitidos pelo fabricante, para garantir que o contrato seja executado dentro das diretrizes das obrigações contratuais.

21. A referida impugnação foi analisada pelo Departamento de Engenharia Clínica do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo que se manifestou da seguinte forma:

**Não é aceitável empresa não qualificada pelo fabricante da tecnologia.**

**O ICESP visa garantir a operação segura e eficiente das tecnologias sob sua responsabilidade. Para isso, seguimos rigorosamente as recomendações dos fabricantes, conforme descrito no manual técnico da Karl Storz.**

**Não seguir o preconizado além de colocar a operação em risco, também abre possibilidade de dano irreversível ao material.**



## 7 Manutenção, reparação, assistência e eliminação

### 7.1 Fazer reparo no dispositivo

Os trabalhos de reparo só podem ser realizados pela KARL STORZ ou por uma empresa autorizada pela KARL STORZ. Com exceção das intervenções descritas no presente manual de instruções.

Dessa forma, toda empresa que deseje executar serviços de manutenção em equipamentos da marca deve comprovar ser o fabricante ou qualificado pelo fabricante.

### **Da Discricionariedade Técnica na Aferição da Qualificação Profissional (Art. 67, §3º, da Lei nº 14.133/2021)**

22. Embora a impugnante invoque o disposto no §3º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a substituição de certificados por outros meios de comprovação de capacidade técnica, é imperioso destacar que tal faculdade insere-se no âmbito da discricionariedade técnica motivada da Administração, devendo ser exercida à luz da especificidade do objeto e do interesse público envolvido.

23. No caso concreto, que versa sobre a manutenção de instrumentais cirúrgicos de vídeo de alta complexidade tecnológica, a exigência de certificação expedida pelo fabricante Karl Storz não configura formalismo excessivo, mas medida de prudência técnica e jurídica. Trata-se de exigência respaldada em manual técnico do próprio fabricante, o qual veda intervenções por terceiros não certificados, atribuindo a manutenção apenas à Karl Storz ou a empresas por ela autorizadas.

24. Nesse contexto, a recusa em admitir atestados substitutivos não traduz arbitrariedade, mas sim zelo pela eficiência da gestão pública, proteção do patrimônio público e segurança do paciente. A aceitação de documentos genéricos, dissociados da tecnologia contratada, implicaria em risco técnico e assistencial relevante, com potencial comprometimento irreversível dos equipamentos médicos e, por consequência, dos serviços de saúde prestados à população.

### **Da Excepcionalidade da Exigência e sua Compatibilidade**

25. É consabido que a Lei nº 14.133/2021, em seu arcabouço principiológico, preconiza a ampla competitividade como um dos pilares dos procedimentos licitatórios. No entanto, tal princípio não se reveste de caráter absoluto, admitindo modulações quando devidamente justificadas pela necessidade de se assegurar a qualidade, a funcionalidade, a segurança e a eficiência da contratação, em estrita observância ao interesse público.

26. A essência dessa compreensão reside na ponderação entre o princípio da competitividade e o da eficiência e segurança da contratação pública. Quando a ausência de determinada certificação implica risco direto e iminente à integridade funcional dos equipamentos, à segurança operacional ou à compatibilidade com sistemas já existentes, a exigência se transmuta de mera preferência em requisito técnico inarredável.

27. No caso vertente, a justificativa técnica apresentada no Memo./UEC 0086/2025 é o elemento central que confere legitimidade à exigência da certificação específica do fabricante. Ao explicitar que a ausência de tal certificação implica risco direto e imediato à integridade funcional dos equipamentos, e que a medida contraria expressamente o protocolo técnico da marca, a Administração demonstra que a exigência não se trata de mero direcionamento ou reserva de mercado. Pelo contrário, configura um requisito técnico indispensável, cuja adoção visa a salvaguardar o interesse público ao garantir a segurança, a qualidade e a plena operacionalidade dos equipamentos contratados.

28. A exigência, portanto, não representa direcionamento ou reserva de mercado, mas requisito técnico indispensável.

### **Da Compatibilidade da Exigência com a Orientação Normativa AGU nº 38/2011**

29. A impugnante também invoca a Orientação Normativa nº 38/2011 da Advocacia-Geral da União, que de fato adverte quanto à adoção de critérios restritivos de habilitação. Entretanto, omite que a referida orientação admite a legalidade da exigência de certificação específica quando presentes, de forma cumulativa, os seguintes requisitos:

- Complexidade técnica do objeto;
- Risco concreto de dano ao interesse público;

- Acessibilidade à certificação por múltiplos fornecedores.

30. No presente caso, todos esses critérios estão inequivocamente preenchidos: (i) a manutenção de instrumentais cirúrgicos de vídeo envolve tecnologia de ponta e protocolos restritivos; (ii) a impropriedade técnica pode ocasionar danos irreversíveis aos aparelhos e aos usuários; e (iii) a certificação pela Karl Storz é acessível a qualquer empresa que se submeta aos processos de treinamento exigidos.

31. Dessa forma, não há ofensa à ON AGU nº 38/2011, tampouco violação ao princípio da competitividade.

32. A alegação de omissão quanto à exigência de registro no CREA carece de fundamento jurídico concreto, ao desconsiderar a diferença conceitual e funcional entre habilitação profissional genérica e qualificação técnica específica.

33. O registro no CREA habilita o profissional ao exercício genérico da atividade de engenharia, conforme a Lei nº 5.194/1966. Já a certificação emitida pelo fabricante Karl Storz atesta a competência específica para manusear e reparar determinada tecnologia, segundo protocolos próprios e patenteados.

34. Trata-se, pois, de exigências complementares e de natureza diversa, cabendo à Administração, no exercício de sua discricionariedade técnica, definir qual delas melhor assegura a boa execução do contrato. No presente edital, optou-se pela qualificação mais aderente ao risco técnico do objeto.

35. Embora a inclusão do registro no CREA possa ser considerada em futuras contratações, a sua ausência não invalida a legalidade do presente certame, já que foi exigido um critério mais restritivo e funcionalmente adequado.

## **DA CONCLUSÃO**

36. Diante do exposto, com fundamento nas análises técnicas constantes dos autos, nas disposições do Regulamento de Compras e Contratações da Fundação





Faculdade de Medicina e nas razões jurídicas ora apresentadas, opina-se pelo não provimento da impugnação interposta pela empresa FREDERICO DINIZ FARIA ME.

O presente parecer está adstrito aos aspectos legais envolvidos no procedimento trazido a exame e, sem adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, bem como ao juízo de conveniência e oportunidade.

É o Parecer.

São Paulo, 18 de junho de 2025

**Anderson Leal Amorim**

Analista de Licitações

**Luciano R. da Silva Steski**

Coordenador Jurídico de Contratações

**Aprovo o Parecer.**

Encaminhe-se ao Departamento de Suprimentos e Operações da Fundação Faculdade de Medicina para as providências necessárias.

**Victor Pessoa**

Gerente Jurídico da Diretoria Jurídica da FFM



**PARECER DIRETORIA JURÍDICA 367/2025**

**Ref.: CONCORRÊNCIA COMPRA REGULAMENTO FFM 3012/2025-00**

**Interessado: Departamento de Contratos e Compras do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo – ICESP**

**Assunto: Impugnação ao Edital – FREDERICO DINIZ FARIA ME., CNPJ nº 26.432.098/0001-40**

**DA DECISÃO**

Em concordância ao Parecer 367/2025, **NEGO PROVIMENTO** ao pedido de impugnação ao edital apresentado pela empresa FREDERICO DINIZ FARIA ME.

São Paulo,

Departamento de Suprimentos e Operações  
Fundação Faculdade de Medicina